

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)
Gestão e Tecnologias Educacionais para Prática Docente em Saúde
Projeto de Desenvolvimento Organizacional

A oferta de Curso de Libras em Saúde no Hospital das Clínicas da UFPE: uma estratégia de acessibilidade ao paciente surdo.

Tema: Acessibilidade e inclusão: um dos grandes desafios da EaD

Aluna: Roberta Macedo Baudel

1. Apresentação

Pensar sobre a temática da inclusão e da acessibilidade nos remete a uma luta que ainda é recente e foi travada em decorrência de uma prática bastante discriminatória, cuja pessoa com deficiência foi, há um longo período histórico, alvo de exclusão, eliminação e segregação.

Foi no final do século XIX que surgiu o modelo médico no qual as pessoas com deficiência eram tratadas como pacientes que precisavam de cura (LANA JÚNIOR, 2010).

Historicamente, no Brasil, o processo de inclusão das pessoas com deficiência, foi marcado primeiramente por ações focadas na educação, no período imperial, com a criação dos institutos direcionados aos cegos e surdos. Em seguida, já na década de 1950, surgiram as primeiras associações de cegos (modelo associativista), marcando um período de transição que culminou no modelo social (LANA JÚNIOR, 2010).

É recente a mudança de paradigmas que se deslocou da lógica assistencialista para o modelo social hoje defendido como um grande avanço, por entender que a inclusão das pessoas com deficiência se concentra no campo dos Direitos Humanos, fortalecido pelos movimentos sociais e luta política (LANA JÚNIOR, 2010).

Atualmente, entende-se que as pessoas com deficiência precisam ser integradas e incluídas à sociedade em todos os aspectos que envolvem política, educação, saúde e bem estar social. Respaladas juridicamente pela Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), essas pessoas têm assegurado, no artigo 24, o acesso a serviços de saúde (artigo 24), como também, todas as formas de comunicação, previstas em seu art. 3º, inciso V (BRASIL, 2015).

Integrantes dessa parcela da população, a comunidade surda, considerada minoria sociolinguística e cultural, além de amparadas por esse estatuto, tem garantido, pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais.

O Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, indica formas de apoio ao uso e a difusão da Libras nos sistemas públicos e privados de ensino, visando amenizar as barreiras de acessibilidade e de comunicação entre surdos e ouvintes, bem como estabelece que os serviços públicos de assistência à saúde, sejam realizado por

profissionais capacitados para o uso de Libras, sua tradução e interpretação (BRASIL, 2005).

Estudos realizados por Silva (2016) esclarecem sobre a precariedade no atendimento decorrente do despreparo e desconhecimento dos profissionais da área de saúde na Libras, o que compromete a comunicação, fragiliza o vínculo com os pacientes e compromete os cuidados necessários com a saúde, uma vez que inviabiliza a construção do diagnóstico, tratamento e prevenção, acarretando o afastamento do surdo do sistema de saúde, podendo causar agravos à sua saúde por falta de assistência (SILVA, 2016).

2. Problemática

Pensando sobre isso e diante de entraves surgidos, a questão de viabilizar um atendimento diferenciado a pacientes surdos tornou-se uma problemática que tem sido vivenciada no Hospital das Clínicas da UFPE.

Mediante a demanda dessa parcela da população que tem exigido, em seu pleno direito, um atendimento inclusivo, a Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão (GEP) no HC-UFPE tem sido impulsionada a criar estratégias que possam fomentar políticas de acessibilidade e inclusão, a fim de proporcionar melhoria da comunicação do Profissional da Saúde junto a seus pacientes oriundos do SUS.

3. Justificativa

O Hospital das Clínicas da UFPE, considerando o Decreto 5.626, propõe apoiar a capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso, tradução e interpretação de Libras (art. 25, inciso X), a fim de, proporcionar o atendimento às pessoas surdas ou com deficiência na rede de serviços do SUS por seus profissionais com o objetivo de promover práticas de educação inclusiva.

A proposta de cursos torna possível desenvolver a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais e permitir que profissionais da área de saúde se capacitem com a finalidade de atender essa demanda de maneira qualificada. Aliando-se a isso, a proposta de cursos do tipo híbrido, objetiva o uso do ambiente virtual de aprendizagem pelos profissionais da área de saúde, os quais podem usar essa modalidade como um meio viável diante do pouco tempo livre que têm em realizar capacitações totalmente presenciais.

Ademais, a propositura de **Curso de Libras em Saúde** tem o intuito de proporcionar o aprendizado da língua com uma abordagem mais específica, focando-se na aquisição de vocabulários da área de saúde que subsidiarão os diálogos desses profissionais com a população surda. É uma estratégia que visa permitir uma relação direta do profissional de saúde com seu paciente sem a necessidade de intermediação de intérpretes.

Essa proposta se justifica através de estudos já realizados que demonstram que, mesmo com o apoio de interpretes e familiares, existe uma lacuna na compreensão acerca dos problemas de saúde do surdo, que em diversas ocasiões de consulta e atendimentos de urgência, são impedidos de exercerem sua individualidade.

A acessibilidade comunicacional é uma dentre as seis dimensões apontadas por Lorensi (2017). E é essa a dimensão que, direcionada para a aprendizagem do profissional da área de saúde, pretende-se ser abordada nessa proposta de Projeto de Desenvolvimento Organizacional.

4. Objetivos Gerais

Desenvolver estratégias de acessibilidade e inclusão ao paciente surdo no âmbito do Hospital das Clínicas da UFPE.

4.1 Objetivos Específicos

1. Apoiar a capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso da Libras, tradução e interpretação.
2. Proporcionar melhora no atendimento às pessoas surdas ou com deficiência na rede de serviços do SUS por seus profissionais, promovendo práticas de educação inclusiva.
3. Propor anualmente o **Curso de Libras em Saúde**, na modalidade híbrida, vislumbrando o aprendizado da língua numa abordagem mais específica focada na aquisição de vocabulários da área de saúde para subsidiar os diálogos de profissionais com a população surda.

5. MARCO REFERENCIAL

5.1 Acessibilidade e Inclusão Social da Pessoa Surda no Ambiente da Saúde

A busca por alternativas viáveis para a concretização da prática inclusiva tem sido uma preocupação constante e, atualmente, a Inclusão Social é colocada como prioridade, tanto nas discussões da área de educação como da de saúde.

De acordo com Sasaki (1997, p. 42 *apud* Lorensi, 2017, p. 904):

[...] A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos.

Pode-se dizer que, fatos históricos transformadores convergiram os caminhos da Educação a Distância (EaD) e da inclusão social de pessoas com deficiência; e a EaD tem sido vista como opção viável, tanto para a formação da pessoa com deficiência, como também para a formação de seus próprios professores, educadores e profissionais ligados à área de saúde, que interagem com essa parcela da população e precisam de uma formação inclusiva.

A comunidade surda, há muito, luta por acessibilidade e inclusão e ainda se percebe segregada nas esferas da educação, saúde e bem-estar social, mesmo estando amparada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15), pela Lei nº 10.436/02 e pelo Decreto nº 5.626/04.

O surdo, no seu dia a dia, ainda se depara com as dificuldades no acesso aos serviços de saúde, não lhe sendo oportunizada a forma de comunicação mais adequada à sua inclusão social.

Barreiras que poderiam ser amenizadas através de uma comunicação mais eficiente e direta entre o paciente surdo e os profissionais da saúde, muitas vezes, não são dirimidas por conta da ausência de estratégias que viabilizem a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) por parte desses profissionais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 3º, informa sobre a existência dessas barreiras que muitas vezes obstruem a participação plena e efetiva dessas pessoas na sociedade:

Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se: [...] d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (BRASIL, 2015)

No art.24 do referido Estatuto, garante-se à pessoa com deficiência o acesso aos serviços de saúde com atendimento diferenciado, inclusive, no que tange a comunicabilidade.

É assegurado à pessoa com deficiência o acesso aos serviços de saúde, tanto públicos como privados, e às informações prestadas e recebidas, por meio de recursos de tecnologia assistiva e de todas as formas de comunicação (BRASIL,2015).

E dentre as formas de comunicação especificadas no Art. 3º, inciso V, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é considerada como uma forma de interação dos cidadãos (BRASIL,2015).

Aliada a isso, a existência da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (consolidada pelo Decreto nº 3.298/99) estabelece estratégias para o atendimento qualificado, e dentre estas, a priorização da formação e capacitação dos profissionais em saúde quanto à atuação na assistência, seja esta primária, secundária ou terciária (BRASIL 1999 *apud* SILVA 2016).

No decreto nº 5.626/04, art. 26, inciso IX, é garantido aos surdos serem atendidos por profissionais capacitados para o uso da Libras, bem como, sua tradução e interpretação. Além disso, é também assegurado, no inciso X, o apoio a essa capacitação e formação de profissionais da Rede SUS (BRASIL, 2005).

A Educação a Distância pode ser considerada uma boa estratégia para estimular os processos de Educação Permanente em Saúde (EPS) e formação dos recursos humanos para o SUS. E, nessa perspectiva, ser usada para capacitar os profissionais no aprendizado da Libras em saúde favorecendo o atendimento qualificado.

De acordo com Cezar; Da Costa; Magalhães (2017, p.107),

a educação e o aprendizado devem ser um ato contínuo, necessário para o desenvolvimento pessoal dos sujeitos, tanto no contexto profissional, social, comunitário e do trabalho, sendo fundamental para alavancar os sistemas de saúde e, possibilitando aos trabalhadores efetuarem as mudanças necessárias nos processos de trabalho no cotidiano dos serviços.

De acordo com Scheier (2009 *apud* Oliveira, Celino e Costa, 2015, p. 311), "os Profissionais de Saúde devem se educar sobre maneiras de reduzir as barreiras e garantir a assistência à saúde para todas as pessoas".

A sugestão dos autores Oliveira Lopes e Pinto (2009 *apud* Oliveira, Celino e Costa, 2015) é que os profissionais devem além de aprender a língua de sinais, estar

em constante atualização e acompanhamento quanto ao seu desempenho na troca de informações com surdo através da LIBRAS.

Ao considerar que a comunicação é uma ferramenta fundamental para o atendimento em locais que promovem saúde, Lessa e Andrade (2016) alertam que um fator impeditivo de um atendimento mais humanizado ao surdo perpassa pela subutilização, ausência ou uso inadequado da Libras no âmbito da saúde.

No estudo realizado por essas autoras, se verifica não somente a existência de poucos profissionais de saúde que conhecem a Libras, mas também é indicativo de que uma parcela da população surda não conhece alguns sinais ligados a doenças, seus sintomas e outros sinais de saúde. Por isso, nos próprios resultados da pesquisa é notório que o uso da Libras na comunicação entre o surdo e o profissional da saúde é a melhor opção indicada por esses indivíduos (LESSA e ANDRADE, 2016).

Faz se necessário a disponibilização de cursos profissionalizantes dentro do assunto pertinente, treinamentos, e atualizações visando a educação continuada, [...] na assistência aos deficientes auditivos, levando em consideração a assistência humanizada (LESSA e ANDRADE 2016, p.103).

Dessa maneira, percebe-se que a Libras pode contribuir para a qualidade no atendimento hospitalar e como forma, inclusive, de evitar problemas relacionados ao abandono de tratamentos, erros em encaminhamentos e no uso de medicamentos, comprometendo a saúde e a qualidade de vida da pessoa surda, dando uma conotação de descaso em muitas situações.

Se a nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, garante que a saúde é um direito de todos e que o SUS define políticas sociais e econômicas com a finalidade de dar ao cidadão acesso a todos os serviços de saúde com equidade, então, essa prerrogativa de direito coloca os Hospitais Universitários (HU's) como protagonistas na busca pela equidade desses cidadãos.

Daí percebe-se o quão relevante é o seu papel, pois, além de atuarem na assistência como uma grande rede de atenção terciária e quaternária do SUS, atuam também na formação e treinamento de profissionais da saúde.

Os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologias na área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para diversas patologias. Isso garante maiores padrões de eficiência à disposição do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação continuada

oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde (BRASIL, 2019).

No âmbito da Universidade Federal de Pernambuco como um todo observa-se a aplicação de políticas de inclusão social mais focadas na questão educacional, estando especificadas metas e ações tanto em seu PEI 2013-2027 e seu PDI 2019-2023, como também na Resolução nº 11/2019, cujo art. 6º, atribui à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (PROGEPE), com apoio do Núcleo de Acessibilidade da UFPE:

Fomentar ações de formação continuada para capacitação e qualificação de docentes, técnico-administrativos e gestores, visando à melhoria da qualidade do atendimento à pessoa com deficiência e/ou outras necessidades específicas (UFPE, 2019)

Ademais, a UFPE, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, através de projetos e programas de extensão busca assegurar a todos, “a disseminação de conceitos e práticas de acessibilidade, visando à construção de uma sociedade inclusiva”.

Já o Hospital das Clínicas da UFPE, considerado como um órgão Suplementar e administrado pela empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), compõe a rede de hospitais universitários e está focado tanto na assistência como também no ensino, pesquisa e extensão e participa da formação continuada e educação permanente de seus colaboradores.

Artigo 2º. A Ebserh tem por finalidade a prestação de serviços gratuitos de atenção médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, bem como a prestação, às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres, de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária (EBSERH, p. 03, 2016).

A participação e atuação do SUS envolve também aspectos dessa natureza, em que políticas são promovidas no sentido de possibilitar a qualificação e capacitação através da educação permanente em saúde (EPS) de seus profissionais (CEZAR; DA COSTA; MAGALHÃES, 2017).

Ao explanar sobre a diferença entre Educação Continuada e Educação Permanente em Saúde (EPS), Cezar; Da Costa; Magalhães (p.108, 2017) esclarecem que: a primeira envolve características mais tradicionais e aborda conteúdos mais específicos, enquanto que a EPS apresenta uma proposta pedagógica que abrange questões relacionadas ao cotidiano dos serviços de saúde,

incentivando a “articulação e a troca de saberes na coletividade”, a discussão, problematização, participação de equipes multiprofissionais, em que cada ação pedagógica é centrada no aprendizado mútuo e dialógico.

Essa proposta de integrar práticas educativas ao cotidiano do trabalho em saúde, legitimada pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS), tem na Educação à Distância (EaD) uma importante aliada, que vêm se evidenciando como estratégia que viabiliza a otimização de tempo e aprendizagem, possibilitando atingir um número maior de profissionais da saúde. Além disso, trata-se de uma modalidade em que novas práticas, recursos didáticos e conteúdos podem ser disponibilizados, criados novos espaços de discussão e atividades em grupo.

Como ressalta Rangel (2012 apud Cezar; Da Costa; Magalhães, 2017),

Recursos tecnológicos tendem a acrescentar qualidade e possibilidades diversas de se fazer educação, principalmente se pensando em um contexto de educação para o/no trabalho. As potencialidades da EaD vão além da mediação tecnológica das atividades de ensino-aprendizagem, valorizando os sujeitos e incentivando a autonomia, a comunicação, a interação e a aprendizagem colaborativa.

Nesse contexto, considerando a atuação da Universidade Federal de Pernambuco, representada pelo Hospital das Clínicas, seu órgão suplementar, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), considerando as políticas públicas da Educação Superior e do SUD, a Educação à Distância vem contribuir para que novas formas de qualificação e capacitação sejam possibilitadas e atendam ao novo paradigma de atenção à saúde, onde a educação permanente aos profissionais de saúde deva ser potencializada, a fim de proporcionar o desenvolvimento desses sujeitos com o objetivo principal de melhoria dos serviços.

6. Delineamento Metodológico

Para atingir os objetivos propostos em um Projeto de Desenvolvimento Organizacional (PDO), faz-se necessário a adoção de um método, cujas etapas e procedimentos intelectuais e técnicos conduzirão ao resultado pretendido.

Caracterizado por Baffi (2002, p.2) como um produto de um planejamento, o projeto é um documento onde podem ser concretizadas ações e objetivos, com determinação de prazos e etapas, com o propósito de dar respostas a um problema, apontando meios e fins para sua superação, promovendo mudanças, aproximando a

realidade existente da realidade almejada.

É considerado também um processo, onde se identifica o problema; se planeja uma solução; ocorre uma implementação, seguida por um monitoramento e uma posterior avaliação.

Escolher a Pesquisa-Ação como método, se fundamenta na definição de ser "uma forma de investigar a própria prática com a finalidade de melhorá-la" (TRIPP, 2005, p.445).

Conforme Correia, Campos e Almagro (2018, p.63), a Pesquisa-Ação é qualificada como "uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo (pesquisadores, equipe e respondentes), ação esta, que não seja para resolver problemas triviais, mas sim, consideradas relevantes no escopo social".

Percebe-se, assim, que o cerne é a solução de um problema onde ocorrem, concomitantemente, a ação no campo da prática e sua investigação.

Considerando o espaço de prática da pesquisadora, identificou-se o problema de acessibilidade e inclusão do deficiente surdo no âmbito hospitalar, e a proposta em viabilizar um Curso de Libras em Saúde para profissionais da área e interessados tem o propósito de fornecer um atendimento melhor e diferenciado a essa população.

De acordo com o objeto e objetivo, podemos caracterizar esse projeto como do tipo Pesquisa-Ação Socialmente Crítica pois, conforme Tripp (2005, p. 458), o que se busca com essa proposta é "tornar o seu pedaço do mundo um lugar melhor em termos de mais justiça social" e propor mudanças para "o aumento de igualdade e oportunidade, melhor atendimento às necessidades das pessoas, [...], maior valorização das pessoas".

Este Projeto de Desenvolvimento Organizacional (PDO), alinhado metodologicamente ao tipo de pesquisa-ação, apresentará as etapas realizadas/a realizar para a implementação do Curso de Libras em Saúde, almejando atingir os objetivos já especificados.

Etapas

- A.** Diagnóstico Local (Como foi identificado o problema);
- B.** Apresentação da ideia à Gerência de Ensino e Pesquisa do HC-UFPE;
- C.** Verificação Legal para implementação da proposta de curso;
- D.** Implementação (parcerias, preparação de materiais, disponibilização do AVA, etc.);

- E. Execução da proposta de Curso;
- F. Avaliação e Conclusão de sua eficácia.

A. Diagnóstico Local

Considerando que a pesquisa-ação começa com o reconhecimento e análise de uma situação, podemos esclarecer que o problema apontado surgiu em meados de 2017, quando começou a haver reclamações informais por parte dos pacientes surdos atendidos no Hospital das Clínicas da UFPE. Essa parcela da população que é atendida pelo SUS nas especialidades disponíveis no referido hospital, começaram a se direcionar para a Superintendência (Diretoria) com o objetivo de exigir seus direitos enquanto cidadãos, referindo haver alguns entraves quanto à marcação de consultas e impossibilidades no atendimento médico-hospitalar. Acontece que a dificuldade de diálogo se estabelecia também na recepção da diretoria, pois a atendente não tinha habilidade em se comunicar com os surdos.

Em decorrência disso, começaram a haver solicitações informais a uma servidora do próprio HC que conhecia a Libras e começou a ser “acionada” nesses momentos em que os pacientes surdos iam fazer reclamações.

A partir disso, a própria comunidade surda começou a passar a informação de que no HC existia essa pessoa ouvinte que se comunicava em Libras.

Daí foram surgindo mais surdos à procura por essa pessoa que começou a perceber que, de fato, havia um déficit de atendimento mais acessível por parte dos profissionais de saúde. Foi quando surgiu a ideia em oferecer um curso de libras básico para esses profissionais.

Pode-se perceber que não houve nenhuma reclamação formal desses pacientes através da Ouvidoria do hospital, nem houve nenhuma solicitação por parte dos profissionais de saúde. O que houve foi uma iniciativa particular da servidora em querer desenvolver uma ação inclusiva a partir de um indício fornecido espontaneamente pela própria comunidade surda que, de uma certa maneira, informou dessa necessidade.

Na pesquisa-ação, nem sempre são aplicados questionários codificados, pois, quando a população é de pequena dimensão e sua estruturação em grupos permite a fácil realização de discussões, é possível obter informações principalmente de modo coletivo, sem administração de questionários individuais (THIOLLENT, 1986 *apud* CORRÉA, DE CAMPOS e ALMAGRO 2018, p. 69).

A partir desse diagnóstico, é possível definir alguns aspectos que são elencados na elaboração de um plano de ação (Thiollent, 1986 *apud* Corrêa, De Campos e Almagro, 2018, p. 70), quais sejam:

- Os atores ou as unidades de intervenção: população surda atendida por profissionais de saúde no HC-UFPE;
- Relação entre esses atores e a instituição (convergências, conflitos, atritos): necessidade de uma política pública de inclusão por parte da Equipe Gestora do HC-UFPE.

B. Apresentação da ideia

Diante do problema apresentado, foram realizadas reuniões com a equipe gestora, no sentido de delinear os aspectos necessários à viabilização e construção de um Curso de Libras básico que foi, inicialmente, ministrado em 2017 e 2018.

Contudo, após uma avaliação da equipe, percebeu-se a necessidade em direcionar o aprendizado da Libras, envolvendo conteúdos relacionados a vocabulários e diálogos específicos da área de saúde.

Além disso, foi proposta a disponibilização de um ambiente virtual de aprendizagem com tutoria para atividades adicionais fora da sala de aula.

A nova proposta de curso foi acolhida pela Gerência e começou a ser executada (no segundo semestre de 2019) no formato de curso de extensão, caracterizando-se como um projeto-piloto proposto pelas duas unidades da Gerência de Ensino e Pesquisa do Hospital das Clínicas da UFPE (UGAGET¹ e UGAEXT²) em parceria com o NEaD-UFPE³, o CE-UFPE⁴ e o NACE-UFPE⁵.

C. Verificação Legal para implementação da proposta de curso

Para a propositura do Curso de Libras em Saúde no âmbito do Hospital das Clínicas da UFPE, foram necessárias leituras sobre políticas de acessibilidade e inclusão, sobre a legalidade de sua implementação, dentre outros aspectos, onde tivemos os respaldos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com

¹ Unidade Gerenciamento de Atividades de Graduação e Ensino Técnico do HC-UFPE

² Unidade Gerenciamento de Atividades de Extensão do HC-UFPE

³ Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal de Pernambuco

⁴ Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco

⁵ Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Pernambuco

Deficiência); da Lei 10.436/02 - que reconhece a Língua Brasileira Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão utilizada pela comunidade surda; do Decreto Federal 5.626/05 - que regulamenta a Lei 10.436/02 e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência.

D. Implementação

Conforme dito anteriormente, a Gerência de Ensino e Pesquisa do HC- UFPE (GEP), através da UGAEXT e UGAGET, fez parcerias internas com a finalidade de dispor de equipe capacitada para a preparação do curso, a disponibilização de materiais, manutenção e configuração do Ambiente Virtual de Aprendizagem, conforme especificado no quadro 01:

Quadro 01 – Equipe envolvida na elaboração e execução do Curso

EQUIPE EXECUTORA		
Nome/descrição	Lotação/Parceria	Função/atividade
Roberta Macêdo Baudel	UGAEXT/UGAGET	Coordenadora, Tutora e design de materiais
Thatiane T.B. de Oliveira	SEGEEX	Coordenadora, Tutora e design de materiais
Antônio Carlos Cardoso	Centro de Educação	Coordenador, Docente e Ministrante das aulas
Discente de Graduação	Letras-Libras	Instrutora voluntária
Servidor(es)	NACE	Intérprete da Libras (1º e 2º dia de curso)
Servidor	NEaD	Abertura e manutenção das salas virtuais.

É importante ressaltar que, parte da equipe envolvida oferece apoio, tanto presencialmente quanto virtualmente, e tem como uma das ações, realizar um monitoramento que, de acordo com Tripp (2005, p. 453) é considerada como fase de ação e levará a produção “de dados sobre os efeitos de uma mudança da prática durante a implementação”.

E. Execução da proposta de Curso

Conforme Baldissera (2001, p.24), essa etapa “representa a ação em sentido estrito”.

Foi iniciado um curso-piloto intitulado: **Curso de Libras em Saúde**, de duas turmas (básico I e básico II), carga horária total de 30 horas, com 10 encontros presenciais de 2 horas cada, sendo 1 vez por semana todas as terças-feiras (básico

I) e quintas-feiras (básico II) no período de setembro a novembro de 2019, no horário das 14h às 16h, com 30 alunos por turma, com atividades à distância realizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem do NEaD-UFPE, com carga horária de 10 horas.

O curso de Libras em Saúde encontra-se, atualmente, em execução na modalidade Curso de Extensão Híbrido, com duas turmas formadas por discentes e residentes da UFPE; servidores do HC/UFPE; Funcionários Celetistas EBSE RH- HC-UFPE, Funcionários terceirizados EBSE RH-HC-UFPE e outros.

F. Avaliação e conclusão de sua eficácia.

A avaliação será realizada de forma processual, no decorrer do curso. Vale ressaltar que, como a proposta de oferta é anual, a equipe terá a oportunidade de fazer monitoramento e avaliação contínua que conduzirá a resultados indicadores de ajustes, adequações e/ou fortalecimento de ações, pois será através da verificação dos erros e acertos que se saberá o que funcionou e o que não funcionou pra a mudança na prática, bem como, se saberá em que medida a pesquisa foi útil e adequada (Tripp, 2005).

De acordo com TRIPP (2005 p.461), a conclusão se dará por meio de sumário que indicará:

quais foram as melhorias práticas alcançadas, suas implicações e recomendações para a prática profissional do próprio pesquisador e de outros, [...] o que foi aprendido a respeito do processo de pesquisa- ação, suas implicações e recomendações para fazer o mesmo tipo de trabalho no futuro.

A seguir apresentamos um quadro esquemático (quadro 2), que permite visualizar melhor como se dará o Plano de Intervenção, cujas propostas de ações de desenvolvimento organizacional foram indicadas nos objetivos propostos , bem como o detalhamento de sua execução e avaliação:

Quadro 02 – Plano de Intervenção e execução do Curso

PLANO DE INTERVENÇÃO (definição, execução e avaliação)		
AÇÃO	O que será feito?	Após a apresentação e aprovação do pré-projeto à Gerência de Ensino e pesquisa do HC-UFPE e a execução do projeto-piloto, será oferecido em 2020 , O Curso de Libras em Saúde , na modalidade Curso de Extensão do tipo híbrido; com duas turmas; carga horária total de 30 horas; com 10 encontros presenciais de 2 horas cada, sendo 1 vez por semana todas as terças -feiras (básico I) e quintas-feiras (básico II), no horário das 14h às 16h, com 30 alunos por turma, com atividades à distância realizadas em Ambiente Virtual de Aprendizagem do NEaD-UFPE, com carga horária de 10 horas.
PÚBLICO ALVO	Quem será atingido pela ação?	A <i>priori</i> , o público direto são os profissionais e estudantes da área de saúde que desejam se capacitar; o público indireto serão os pacientes surdos do SUS que serão atendidos por esses profissionais. Como detalhamento de público direto, havendo necessidade de seleção de inscritos , adotaremos como um dos critérios: abranger até 75% de profissionais de saúde servidores do HC/UFPE; Funcionários Celetistas EBSE RH- HC-UFPE, Funcionários terceirizados EBSE RH-HC-UFPE e discentes e residentes da área de saúde com prática no HC-UFPE, sendo os 25% restantes para os demais inscritos.
INDICADORES RELACIONADOS À AÇÃO	Quais os parâmetros que serão alvo da ação?	Os parâmetros identificados são oriundos de uma demanda espontânea que surgiu da própria solicitação da população de surdos que é atendida no Hospital. Diante dessa situação, tomaremos como parâmetros e indicadores: <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Pessoas Capacitadas pelo Curso:</u> <ol style="list-style-type: none"> a. N ° de servidores do HC-UFPE da área de saúde; b. N° de servidores do HC-UFPE de outras áreas (ex. atendentes, secretárias, assistentes sociais); c. N° de Funcionários Celetistas EBSE RH- HC-UFPE; d. N° de Funcionários terceirizados EBSE RH-HC-UFPE; e. Discentes de graduação e residentes da área de saúde da UFPE; f. Profissionais e estudantes da área de saúde de outras instituições. 2. Levantamento sobre satisfação dos cursistas que foram habilitados a se comunicarem em Libras. 3. Pesquisa de satisfação do público surdo atendido no HC-UFPE (SUS)

		A estimativa é de capacitar 30 cursistas do básico 1 e 30 cursistas do básico 2, por semestre.
RESULTADOS ESPERADOS	Como os indicadores devem ser modificados?	Espera-se que, com a proposição e execução anual ou semestral do Curso de Libras voltado para a área de saúde, seja possível capacitar um número considerável de profissionais de saúde que possam, através desse aprendizado, promover um atendimento inclusivo, trazendo melhora na qualidade desses atendimentos ao paciente surdo. Para a modificação dos indicadores serão realizadas avaliações processuais que subsidiarão a análise dessa necessidade de capacitação; do oferecimento contínuo do curso, como também, sobre a posterior atuação desses profissionais em seu âmbito de trabalho, através de seus próprios depoimentos e <i>feedback</i> de seus pacientes surdos.
EQUIPE EXECUTORA	Quais profissionais responsáveis pela condução da ação?	A Gerência de Ensino e Pesquisa do HC-UFPE (GEP), através da UGAEXT e UGAGET, fará parcerias internas à UFPE com a finalidade de dispor de equipe capacitada para a preparação e execução do curso, conforme especificado em na tabela (vide Quadro 1).
RECURSOS NECESSÁRIOS	Quais materiais, espaços, etc. necessários para a execução da ação?	Quanto ao Ambiente físico: será disponibilizada, no período do curso, uma sala localizada no 3º andar do Hospital das Clínicas, onde serão ministradas as aulas presenciais. Quanto ao Ambiente Virtual : O Núcleo de Ensino a Distância UFPE (NEaD-UFPE) abrirá duas turmas na plataforma Moodle para cada semestre. Os materiais serão disponibilizados virtualmente em formatos diversos (mp4, Gifs, PDF, dentre outros). Serão produzidos vídeos para a elaboração de atividades no AVA e tutoriais de ajuda. Além disso, serão formados dois grupos de acompanhamento do WhatsApp para orientações adicionais. Recurso extras: computador e projetor para aulas presenciais.
CRONOGRAMA	Qual o tempo para a execução da ação?	ver cronograma à parte (anexo I)
AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	Que estratégias serão utilizadas para verificação dos resultados da ação?	A avaliação será realizada de forma processual, no decorrer do curso, por meio de questionários e relatos pessoais. Como a oferta é anual/semestral, a equipe terá a oportunidade de fazer monitoramento e avaliação contínua que conduzirá a resultados indicadores de ajustes, adequações e/ou fortalecimento de ações.

Anexo I**CRONOGRAMA**

CRONOGRAMA	
AGOSTO DE 2019	Apresentação do Pré-projeto para a GEP
SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2019	Execução do Projeto-piloto
NOVEMBRO DE 2019 (1ª SEMANA)	Finalização do PDO
NOVEMBRO DE 2019 (A PARTIR DA 2ª SEMANA)	Apresentação do PDO
DEZEMBRO DE 2019	Verificação dos trâmites para abertura do curso (registro e aprovação para execução em 2020.1)
JANEIRO DE 2020	<u>Havendo a aprovação da proposta:</u> Elaboração/montagem de materiais didáticos, disponibilização do AVA para configuração do curso na plataforma <i>Moodle</i> /UFPE
FEVEREIRO DE 2020	Divulgação do curso e posterior abertura de inscrição
MARÇO DE 2020	Execução do Curso de Libras em Saúde 2020

7. Considerações Finais

A proposição de um Plano de Desenvolvimento Organizacional (PDO) permite que, diante da identificação de lacunas existentes na Organização, sejam elaboradas ações de intervenção que favoreçam a busca de uma maior eficácia em sua atuação, bem como, uma maneira objetiva de levar em consideração sua missão, visão e valores.

O tema deste projeto está alinhado com as Políticas Públicas voltadas para as pessoas historicamente marginalizadas, e em específico, ao surdo, que amparado pela Constituição de 1988 e demais legislações citadas nesse trabalho, tem assegurados seus direitos de acessibilidade e de inclusão social. Contudo, ainda necessita que sejam postas em práticas ações que viabilizem o atendimento a esse direitos, tanto no âmbito educacional como no âmbito da saúde.

A Universidade Federal de Pernambuco, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, tem diretrizes que estão focadas em uma educação inclusiva, cuja execução tem a atuação de seu Núcleo de Acessibilidade (NACE). Aliando-se a essa lógica, o Hospital das Clínicas, por sua vez, pode atuar como parceiro, a fim de proporcionar práticas de educação inclusiva e uma consequente melhoria da comunicação do profissional da saúde junto a seus pacientes oriundos do SUS.

Se, de um lado, a UFPE deve envidar esforços, para a garantia do acesso à educação e da permanência de seus pessoas com deficiência, por outro, o Hospital das Clínicas, atuando com órgão complementar da UFPE e sendo um dos componentes da rede de hospitais universitários do SUS, precisa proporcionar a capacitação de seus profissionais para atender a essa parcela da população de forma qualificada.

Sabemos que a Educação a Distância pode favorecer os processos de Educação Permanente em Saúde (EPS) e formação dos recursos humanos para o SUS e ser utilizada para capacitar os profissionais no aprendizado da Libras em saúde.

A implementação de um Projeto de Intervenção com a propositura de um Curso (híbrido) de Libras em Saúde é algo que torna possível que, a médio e longo prazo, mudanças possam ser efetivamente concretizadas, vislumbrando melhorias quanto à acessibilidade e inclusão social em todos os âmbitos.

Sendo assim, espera-se com essa proposta que haja reconhecimento sobre a importância em oportunizar o aprendizado da Libras aos profissionais de saúde como uma forma de atender às necessidades da comunidade surda e respeitar seus direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BAFFI, M. A. T. O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas. In: BELLO, J. L. P. Pedagogia em foco. Petrópolis, 2002. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam02.htm> Acesso em outubro de 2019.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. Sociedade em Debate, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2012. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/article/viewFile/570/510> . Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Hospitais universitários. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios> . Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf . Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Ministério da Justiça, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso: 06 de outubro de 2019.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Ministério da Justiça, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm . Acesso: 06 de outubro de 2019.

CEZAR, Diego Menger; DA COSTA, Márcia Rosa; MAGALHÃES, Cleidilene Ramos. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO ESTRATÉGIA PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE?. Em Rede-Revista de Educação a Distância, v. 4, n. 1, p. 106-115, 2017. ISSN 2359-6082 2017, v.4, n.1. Disponível em:

<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/184/259> . Acesso em outubro de 2019.

CORRÊA, Giovana Camila Garcia; DE CAMPOS, Isabel Cristina Pires; ALMAGRO, Ricardo Campanha. PESQUISA-AÇÃO: UMA ABORDAGEM PRÁTICA DE PESQUISA QUALITATIVA. *Ensaio Pedagógico*, v. 2, n. 1, p. 62-72, 2018. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/60> . Acesso em outubro de 2019.

EBSERH-Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Disponível em: <http://www2.ebserh.gov.br/documents/15796/112576/Regimento+Interno+Aprovado+C+A+12052016.pdf/fda5583a-4f34-44ed-b75b-ea96c1332b4b> . Acesso em outubro de 2019.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p: il. 28X24 cm.

Lessa RTC, Andrade EGS. Libras e o atendimento ao cliente surdo no âmbito da saúde. *Rev. Cient. Sena Aires*. 2016; 5(2): 95-104. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/261> . Acesso em outubro de 2019.

LORENSI, Vanise Mello. Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: viabilizando os recursos de inclusão na Educação a Distância. In: 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em questão, 2017, Porto Alegre. 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em questão. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacao-inclusiva/assets/artigos/eixo-8/completo-5.pdf> . Acesso em outubro de 2019.

OLIVEIRA, Yanik Carla Araújo de; CELINO, Suely Deysny de Matos; COSTA, Gabriela Maria Cavalcanti. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 307-320, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000100017> . Acesso em outubro de 2019.

SILVA, L. K. M.. A importância da LIBRAS na formação dos profissionais de saúde. In: II Congresso Internacional de Educação Inclusiva E II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva, 2016, Campina Grande. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva E II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva. Campina Grande: Editora Realize, 2016. v. 2. Disponível em: https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD4_SA_3_ID88_01092016231905.pdf . Acesso: 06 de outubro de 2019.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <http://w.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>. Acesso em outubro de 2019.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2019-2023). 2019. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/1956380/Plano+de+Desenvolvimento+Institucional+UFPE+2019_2023+atualizado+em+10_10_19.pdf/37357c88-c4df-4b34-84e7-f52eb6808ad9 . Acesso em outubro 2019.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Plano Estratégico Institucional (PEI 2013-2027). 2019. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38954/713399/pei13_27_.pdf/02b4e655-63e3-40feb285-90bf01186a5d. Acesso em outubro 2019.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Resolução nº 11/2019-CONSUNI. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/1965982/Res+2019+11+CONSUNI+%28Disp%C3%B5e+sobre+Atendimento+em+Acessibilidade+e+Inclus%C3%A3o+Educacional+na+UFPE%29.pdf/4f8da1d0-6bf7-41dc-b490-51827ae946b6> . Acesso em outubro 2019.